



Protestos, transporte e mobilidade urbana

Nas últimas semanas, diversas manifestações populares invadiram as ruas do Rio de Janeiro e movimentaram o cenário político e a mídia. Além disso, colocaram contra a parede um dos principais eventos esportivos da FIFA, a Copa das Confederações.

Na opinião de alguns, os protestos também atrapalharam muito a "ordem" urbana e o trânsito. O trânsito. Foi justamente a mobilidade urbana, ou mais precisamente o aumento na tarifa dos ônibus em

vinete centavos (de R\$2,75 para R\$2,95) o estopim para toda esta grande manifestação popular.

Em seguida, as reivindicações foram contra a corrupção, por melhores condições de saúde e educação e etc. Quando se fala sobre a mobilidade urbana, se fala sobre a democratização do acesso ao espaço urbano, que é considerado nosso habitat, ou nosso *oikos* (palavra em grego que significa casa - 'Eco').

A crise que enfrentamos nos transportes coletivos envolve a limitação do direito de ir e vir, diminuição do tempo livre disponível e poluição atmosférica, sonora e visual. Todos estes fatores implicam em uma grande redução da qualidade de vida e do bem estar público.

Nas políticas públicas atuais, observamos que os transportes coletivos recebem muito menos incentivos do que os veículos individuais, como os carros, que têm frequentemente seu uso estimulado

pela redução de impostos. Enquanto isso, os trens, ônibus e metrô estão cada vez mais caros, superlotados e insuficientes, fator que contribui ainda mais pela preferência das

Benefícios são privados, mas os custos coletivos

pessoas pelo transporte individual.

Segundo o IBGE, 96% das cidades brasileiras não possuem um plano de transporte, menos de 1% possui metrô e apenas 2,5% possui trem (os que existem, estão muitas vezes em péssimo estado de conservação ou não atendem a demanda de passageiros). Entretanto, os meios de transporte sobre trilhos são os mais eficientes para grandes metrópoles, pois, permitem a locomoção de um número grande de passageiros por viagem.



Imagem: Gmshist (file)

Mas o que isso tem a ver com o meio ambiente?



Protestos, transporte e mobilidade urbana

O benefício de possuir um veículo é exclusivo daquele que o possui, mas os custos pela poluição causada, pela diminuição de áreas de convivência para construção de vias, das inúmeras horas perdidas em engarrafamentos (bem desconfortáveis para quem usa o transporte público) são sentidos por todos os que vivem na metrópole. Ou seja, os benefícios são privados, mas os custos, coletivos. A esta relação, damos o nome de externalidade ambiental. Levantamos, portanto, uma questão que vai bem além de alguns centavos a mais na tarifa. Envolve o bem-estar da população e

o seu direito à cidade. As horas perdidas nos engarrafamentos nos impedem de passar mais tempo dedicando-nos a outras atividades, o excesso de espaço destinado a automóveis (ruas, avenidas, estacionamentos) reduz o espaço disponível para moradias, praças e até mesmo outras opções de transporte como a bicicleta ou o simples 'andar a pé' se tornam difíceis. A poluição, tanto atmosférica como visual e sonora, torna o ambiente urbano desagradável e insalubre.

O aumento foi revogado, mas os movimentos sociais ainda exigem mais transparência nos rendimentos

das empresas privadas que exploram este serviço. Pedem uma reforma tributária que permita um maior subsídio ao transporte coletivo. Segundo o Movimento Passe Livre: O transporte precisa ser visto como um direito essencial, e não uma mercadoria. O fortalecimento da mobilização da sociedade entorno de todas dessas questões deverá ser o grande legado do eventos esportivos que aqui foram e ainda serão sediados, por sinal, bem mais relevante que qualquer medalha olímpica.

Na imagem: o mesmo espaço ocupado por carros, passageiros de ônibus e pedestres

